

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1 ^a EDIÇÃO	5
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS PROPEDÊUTICOS – O DIREITO POSITIVO – LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO	23
1.1. Os elementos do sistema jurídico – as normas jurídicas e a construção de sentido deôntico	41
1.2. A norma jurídica completa e a efetividade do direito – a importância da norma processual e o sintagma da norma jurídica completa.....	47
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO TRIBUTÁRIO E A TUTELA JURISDICIONAL TRIBUTÁRIA.....	59
2.1. Processo tributário – conceito	59
2.2. Ciclo de Positivação da Obrigaçāo Tributária	66
2.2.1. Noções gerais sobre o ciclo de positivação – incidência e aplicāo sob a ótica construtivista	67
2.2.2. O Ciclo de Positivação da Obrigaçāo Tributária em sentido estrito	75
2.2.3. O Conflito no Ciclo de Positivação da Obrigaçāo Tributária e sua tradução em linguagem competente (Conflito como Fato Jurídico).....	80
2.3. A relação jurídico-processual e a solução do conflito – a função jurisdicional do Estado – Jurisdição – conceito e pressupostos.....	84

2.4. A relação jurídico-processual tributária – instrumentalidade.....	87
2.5. A Tutela jurisdicional como ato-fim do processo – aprofundando a noção de instrumentalidade	91
CAPÍTULO 3 – TUTELA JURISDICIAL NO PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	99
3.1. Tutela jurisdicional – uma análise teórico-geral de seu conteúdo – diferenciando as classes de tutela (i) comum e (ii) provisória.....	101
3.2. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais preventivos	109
3.3. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais repressivos.....	119
3.4. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais reparatórios	127
3.5. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais improcedentes	132
CAPÍTULO 4 – TUTELA JURISDICIAL TRIBUTÁRIA PROVISÓRIA E SUA ESTABILIZAÇÃO	143
4.1. A Tutela Provisória no Código de Processo Civil – espécies e estabilização	144
4.2. A Estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipada Antecedente – Efetividade e Instrumentalidade – Aplicabilidade às demandas em face da Fazenda Pública	155
4.3. A Tutela Provisória no Direito Material Tributário – Análise do seu conteúdo e da possibilidade de estabilização nas diferentes intervenções processuais no ciclo de positivação	174
4.3.1. A tutela provisória no processo tributário antiexacional preventivo – O especial caso da proibição da constituição da obrigação tributária e sua viabilidade no contexto do direito material tributário	186

4.3.2. A tutela provisória no processo tributário antiexacial repressivo – A previsão do artigo 156, inciso X, do CTN e sua repercussão quanto às tutelas provisórias	198
4.3.3. A tutela provisória no processo tributário antiexacial reparador – O regime de precatórios e sua repercussão nas tutelas provisórias	212
4.4. Liminar no Mandado de Segurança – Natureza jurídica e estabilização	216
4.5. Tutela Provisória na cobrança do crédito tributário – Natureza jurídica e estabilização.....	224
CAPÍTULO 5 – ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA EM DEMANDAS TRIBUTÁRIAS QUE CONTROVERTEM SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM SENTIDO AMPLO	237
5.1. Retomando as noções de obrigação tributária em sentido amplo e sentido estrito para aprofundar a diferenciação.....	237
5.2. Demandas voltadas à liberação de mercadorias apreendidas	242
5.3. Demandas que discutem consectários legais – a questão da ilegitimidade dos juros de mora não limitados aos percentuais utilizados pela União	245
5.4. Demandas que discutem a confiscatoriedade da multa punitiva.....	254
5.5. Demandas que discutem a legitimidade do protesto de CDA's	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271